



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Acta n.º 08 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 27 de Setembro de 2010**

Aos vinte e sete dias de Setembro, do ano dois mil e dez, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de Antero de Figueiredo Marques Teixeira e com a presença dos seguintes Membros: Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, José Cavalheiro (em substituição de Carlos Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Albano António de Sousa Varela e Silva, Luís Manuel Madeira Pargana, Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Miguel Telo de Arriaga, Adriano da Graça Mourato Capote, Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, Catarina Alexandra Dias, António Fernando Ceia Biscainho, José Chambel Tomé (em substituição de Carlos Alberto da Conceição Afonso nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, António Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Antero de Figueiredo Marques Teixeira, deu início aos trabalhos, eram 21:15 horas, altura em que foi efectuada a chamada e, posteriormente, se deu conhecimento aos Membros presentes da correspondência endereçada àquela Assembleia. -----

### **PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA:**

#### **Voto de Louvor - PSD**

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe a aprovação de um voto de louvor ao piloto portalegrense Nuno Matos, que recentemente se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sagrou campeão mundial de todo-o-terreno, ao vencer a Taça do Mundo de Bajas (categoria T2) da Federação Internacional do Automóvel.

Portalegre, que já há muito é considerada, em Portugal e internacionalmente, uma referência incontornável e um local de excelência para a realização deste tipo de provas, conta também agora com um praticante que, a nível mundial, conquistou o mais alto galardão existente; facto que entendemos ser de realçar e de louvar publicamente.

### **Voto de Louvor - PSD**

O Grupo do Partido Social Democrata propõe a aprovação de um voto de louvor ao jornalista, argumentista e escritor portalegrense Rui Cardoso Martins, recentemente galardoado com o grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores e da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, pela sua obra “Deixem passar o Homem Invisível”.

Ao destacar e louvar publicamente a conquista deste prémio, pretendemos também realçar o percurso profissional, bastante abrangente mas de grande consistência que, não obstante a juventude de Rui Cardoso Martins, permitiu que o seu nome seja já uma referência da escrita e da comunicação no nosso País.

O Presidente da Assembleia Municipal, colocou os anteriores Votos de Louvor à consideração dos Membros.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa referiu que o Partido Socialista se congratulou com apresentação daquelas duas propostas de Votos de Louvor e daquelas palavras vertidas faziam as suas, contudo, relativamente à primeira proposta, uma vez que tinha um carácter mundial, o PS, no uso das competências da Assembleia Municipal, propunha a atribuição da Medalha de Mérito Municipal Grau Prata ao piloto portalegrense Nuno Matos. Propôs inclusive a possibilidade de apresentar um Voto de Louvor ao arquitecto portalegrense João Luís Carrilho da Graça, por ter sido galardoado, a nível nacional, por um importante projecto na cidade de Lisboa.

O Presidente da Assembleia Municipal, colocou as propostas anteriormente proferidas à consideração dos Membros.-----

Solicitando o uso da palavra, António Oliveira disse que, relativamente ao Voto de Louvor proposto ao arquitecto Carrilho da Graça, o seu grupo partidário estava perfeitamente à vontade, visto terem já apresentado um Voto de Louvor quando aquele ganhou o “Prémio Pessoa”. Na sua opinião, achou que não se tratava de nenhum galardão, dado que o arquitecto Carrilho da Graça apresentou um projecto para obras no Porto de Lisboa, contudo, aceitavam opiniões contrárias.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Pedindo o uso da palavra, António Batista disse que o CDS-PP subscrevia qualquer um dos três Votos apresentados, visto tratar-se de três portalegrenses que se distinguiram nos âmbitos respectivos, elevando Portalegre ao seu mais elevado quadrante e, no seu entender, a Assembleia Municipal deveria aprovar os mesmos.-----

No uso da palavra, Luís Pargana referiu que a bancada da CDU concordava, igualmente, com os Votos apresentados em relação às três personalidades ali frisadas. Naturalmente que o orgulho colectivo de uma região se consubstanciava nos actos meritórios das pessoas que emergiram daquela mesma comunidade e qualquer dos referenciados eram motivo de exemplo de acção colectiva, nas respectivas áreas profissionais e deveriam, pois, ser evocadas pelo órgão máximo deliberativo do Concelho. Em relação ao arquitecto Carrilho da Graça, disse que, uma vez que uma bancada tinha mostrado objecção ao Voto de Louvor, a CDU entendia que tal Voto deveria ser expresso. Entendia que o arquitecto em causa, pela sua acção profissional continuada deveria, de facto, ser reconhecido por toda a Cidade e, no caso concreto, houve um acto que mereceu distinção nacional e, portanto, justificava por si só que a Cidade de Portalegre acompanhasse o reconhecimento ao trabalho daquela personalidade.-----

O Presidente da Assembleia informou que iria ser feita a votação aos três Votos de Louvor apresentados, os quais se enunciam:

- Nuno Matos: Aprovado por unanimidade dos presentes; -----
- Rui Cardoso Martins: Aprovado por unanimidade dos presentes; -----
- João Luís Carrilho da Graça: Aprovado, por maioria, com 2 votos contra, 5 abstenções e 24 a favor.-----

Relativamente à proposta de atribuição de Medalha de Mérito Municipal, Grau Prata, ao piloto Nuno Matos, a votação foi a seguinte: Aprovado, por maioria, com 1 abstenção.-----

O Membro da Assembleia Municipal, António Baptista pretendeu fazer uma Declaração de Voto:

“Recentemente fomos surpreendidos pelas declarações do secretário de Estado das obras públicas, aquando da inauguração de um troço de uma variante em Castelo de Vide que veio reafirmar a construção da auto-estrada A-23 e da ligação até Portalegre. O CDS entende que estas declarações não podem passar despercebidas porque não podemos deixar que a propaganda suba ao seu nível mais fraudulento, porque todos nós sabemos que a A-23, durante este governo Socialista não vai ser concluída. O Governo já anunciou que está cancelada esta construção, assim como está cancelado quase todo o investimento em obras necessárias para o desenvolvimento do nosso Distrito e, por isso mesmo, não podemos deixar passar isto em branco. Este Governo, em termos de obras públicas, esqueceu-se, como em muitas outras áreas, do distrito de Portalegre. Nós não nos podemos esquecer o que recentemente veio suspender a ligação do TGV entre Poceirão e Lisboa e que irá provocar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

uma coisa engraçada que é o facto de quem queira ir de TGV até Lisboa, vai até ao Poceirão e depois apanha o autocarro da rede do Montijo até ao Transtejo, até ao Terreiro do Paço e aí terá de se desenrascar. Era mais importante que o Governo apostasse em fazer cá chegar o Intercidades, pois somos a única capital de Distrito que não o tem, só cá chega o regional e isto sim é um ponto de grande atraso e que inviabiliza grande parte do nosso desenvolvimento económico, em vez de vir fazer declarações que toda a gente sabe que não vão ser verdadeiras, porque nunca irá ser construída, durante os próximos anos. A A-23 teria, possivelmente, sido construída no anterior Governo que segundo um golpe de Estado de caneta, de uma caneta assinada pelo PS, com o cartão à frente, pelo Presidente Jorge Sampaio mas foi cancelada porque, nessa altura António Mexia, Ministro que orgulhou o Distrito de Portalegre, provou que iria concluir a A-23 até Portalegre. Infelizmente, esse Governo caiu e, por isso mesmo, estão cada vez mais condenados a ser a capital de Distrito que menos infra-estruturas, quer seja por via ferroviária ou de estradas temos. Portanto não podemos deixar de condenar a visão política do PS e, acima de tudo, as falsas e fraudulentas declarações feitas pelo Secretário de Estado em Castelo de Vide.-----

### **Moção (CDU)**

#### ***Centenário da República***

A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar. A Primeira República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio incondicional e fundamental das camadas populares da cidade de Lisboa.

O Povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da revolução republicana. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, resistiu na Rotunda e de lá saiu vitorioso.

Os contributos dos revolucionários civis nas principais cidades e vilas portuguesas, imbuídos da lembrança do acontecimento revolucionário republicano protagonizado no Porto a 31 de Janeiro de 1891, contribuíram para a defesa e consolidação da República, sendo por isso mesmo um facto inegável da História de Portugal.

Não podemos também esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por oficiais, sargentos e praças do Exército e da Armada. Foi este movimento que agregou a acção de centenas de revolucionários civis contribuindo para a derrota de uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as máximas de Revolução Francesa de 1789, merecem o nosso respeito e memória.

Na Constituição de 1910, foram finalmente abolidos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias sociais. A separação entre o Estado e a Igreja foi concretizada. O registo foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe dos professores.

A proclamação da República portuguesa foi, sem dúvida, o primeiro grande marco da Liberdade no Portugal do século XX. Como em todos os processos revolucionários verificaram-se limites e incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos, que foram “aprisionados” durante a ditadura do Estado Novo (1926/1974). No entanto, os ideais republicanos permaneceram vivos na memória do povo português como acto de libertação e a comemoração do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta colectiva, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril de 1974, cumprindo os objectivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pôde cumprir.

Pedindo o uso da palavra, António Baptista afirmou que não podia estar mais em desacordo com a Moção apresentada pela CDU, por variadíssimas razões históricas, que iria elencar: Em primeiro lugar, se a CDU queria comemorar alguma coisa com o 5 de Outubro, ou seria com a Revolução Liberal e com a Constituição de 1922, ou comemora com o 25 de Novembro, quando conseguiram, de facto, algumas liberdades individuais. O que aconteceu com o 5 de Outubro em nada tinha a ver com as liberdades individuais. Referiu também que, com aquela data, muitos dos cidadãos portugueses que, até então, tinham direito de voto, perderam-no e passou a ser restrito aos homens e apenas a pessoas maiores de 22 anos que soubessem ler e escrever. Mais disse que, naquela data, o que aconteceu em Portugal foi que a liberdade de imprensa passou a ser mais restritiva. Quando a CDU referiu ali os ideais da Revolução Francesa, entendia que só poderiam querer referir os ideais Jacobinos, dos quais o CDS discordava em absoluto. Para o seu partido, aquilo que se passou na Primeira República, como sendo as perseguições, os assassinatos, o impedimento de fazer comícios de quem não concordava, em nada se dignificou com os ideais democrata, do período em que vivemos. A Primeira República foi uma das causas pelo grande atraso educacional e que quando se quebram regimes como o que aconteceu, o país atrasa cerca de quarenta anos, relativamente aos outros países. Disse ainda que, com a Primeira República ainda se tentou voltar a colocar a pena de morte e, além de se terem perdido muitas liberdades individuais, Portugal participou na primeira guerra mundial, que muitas vidas roubou e muito atraso industrial provocou. Por todas as razões enunciadas, votava contra tal Moção. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Albano Silva disse que, em relação às palavras do representante do CDS, faltava relembrar alguns factos que só os verdadeiros historiadores os tinham e, no seu entender, pareceu-lhe que o regime posterior a 1926, o de António Salazar, foi bem pior do que o referido anteriormente. -----

No uso da palavra, António Oliveira disse que a bancada do PSD subscrevia a Moção apresentada pela CDU.-----

Luís Pargana referiu ainda que, de forma a defender o espírito da Moção, a CDU era, na sua acção política, norteada por princípios lógicos diferentes daqueles que norteavam os do CDS-PP e, portanto, não se surpreendia com as declarações do Membro António Baptista. Contudo, discordava do rigor histórico apontado. Informou que, efectivamente, a Moção referia a Implantação da República como o primeiro marco, durante o séc. XX, no caminho traçado na construção da liberdade e do Regime Democrático actual, mas que só foi consubstanciado em 1974 com a Revolução de Abril, altura em que os direitos fundamentais de liberdade para o Povo português foram restabelecidos, nomeadamente, o direito a voto atrás invocado. -----

O Presidente da Mesa informou que se iria proceder à votação da Moção sobre o Centenário da República. O resultado dos votos foi o seguinte:  
2 Votos contra, 3 abstenções e 25 a favor. -----

Ainda no período antes da Ordem do Dia, foi perguntado aos Membros se ainda queriam usar da palavra, caso contrário iria ser dada ao público presente na sala. -----

### **Intervenção do Público**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Sr. Presidente da Assembleia, a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos, para colocarem uma questão. -----

O Membro da Assembleia, Luís Pargana solicitou escusa de participar ao Presidente da Mesa, durante a apresentação da questão que se seguia, uma vez que lhe dizia, directamente, respeito, enquanto cidadão e iria tomar lugar junto do público. -----

O Presidente da Mesa registou o pedido e solicitou a identificação do (s) interveniente (s):

- O nome do cidadão que se seguiu era o Sr. Rui Quintino, residente há alguns anos em Portalegre e, em nome dos moradores do edifício da CENTREJO, sito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ao lado da Segurança Social, disse tratar-se de um problema que já se arrastava há cerca de dois anos. No fundo, o que reivindicavam eram 20 a 30 metros de acesso decente para aquele Edifício, em que moravam muitas famílias. Mais disse que a pretensão de terem ido àquela Assembleia era simples, pois já tinham enviado várias cartas ao Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, bem como vários contactos formais com pessoas activas da mesma e, até ao momento, não tinha sido tomada nenhuma resolução. Na sua opinião, tratava-se de um processo moroso, contudo não era correcto que um prédio daqueles, com um número significativo de moradores, estivesse sujeito às intempéries do Inverno, com buracos enormes. Acrescentou que a situação começou, em 2008, com uma missiva e em Março de 2010 enviaram uma carta com fotografias, onde se via o estado degradante do piso em causa. Seguramente que, enquanto moradores, pagavam os impostos e não queriam continuar assim, pois tinham os seus direitos como qualquer outro cidadão da Cidade. Disse ainda que tinham reiniciado o processo naquela semana e enviaram mais cartas no sentido de ser tomada uma decisão para solucionar o problema, pois o mesmo já ultrapassava o limite do bom senso possível e razoável. -----

O Presidente da Câmara disse que, em princípio, o processo está desencadeado de modo a permitir o alcatroamento daquele troço de entrada para o edifício, tal como um outro junto à Escola do Ribeiro do Baco e na Rua Rodrigo da Cunha. Mais informou ser um procedimento conjunto que estava em tramitação. Referiu que o licenciamento do edifício em questão não deveria ter ocorrido em tais condições, sem que o empreiteiro tivesse sido vinculado à execução material do referido troço. -----

Houve outra intervenção, por parte do público, usando da palavra o Senhor Sérgio Miguéns que disse estar em representação da Cooperativa de Habitação dos Trabalhadores da Johnson, situado na Ratinha de Baixo. Informou que, desde 2007, quando concluíram a primeira fase de construção, foram lá colocadas duas paragens de autocarro e que, felizmente, ficaram incluídas no roteiro das carreiras dos transportes públicos. Porém, desde Junho de 2009 até aos dias actuais, já haviam diligenciado, junto das estradas de Portugal e da Câmara Municipal de Portalegre, algumas conversações para serem resolvidos alguns problemas que dali advinham, nomeadamente as passagens de peões, os equipamentos necessários, como sendo os abrigos de espera e a sinalética associada àquele espaço, que consideravam não ter as indicações necessárias. Mais disse que aquele Bairro era um cartão de visita para a Cidade e, naquele local realiza-se o mercado mensal, onde muitas pessoas estacionam as viaturas. Além do facto de ser ali permitida uma velocidade extrema, pondo em causa a vida dos moradores e cidadãos. Consideram a situação delicada e solicitam ao Executivo uma solução para o problema, partindo por colocar abrigos, sinais e, possivelmente, bandas sonoras. Concluiu, informando que iriam ali deixar um abaixo-assinado com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

cerca de 200 assinaturas dos moradores do Bairro da Ratinha, com o intuito de tentarem apressar a tomada de diligências, por quem de direito. Disse ainda que aquele Bairro não se encontrava no mapa, simplesmente parecia não existir. Apelava à regularização de tal facto.-----

O Presidente da Câmara informou que o projecto referente às infra-estruturas e aos abrigos das paragens dos autocarros estava pronto. Naquele assunto, o que estava em causa era a articulação com a disponibilidade financeira. Para a Câmara não era difícil executar aquele tipo de obras, desde que haja verba disponível. No que respeitava à sinalética, assumia que tal problema era global e que prejudicava a imagem actual da Cidade. Existiam, inclusive, projectos para reformular praticamente toda a sinalética existente e o Bairro da Ratinha não era preterido em relação a outros. Logo que fosse oportuno iriam avançar com os vários processos inerentes àqueles aspectos. -----

No uso da palavra, Albano Silva solicitou intervir sobre a intervenção do público, quanto aos cerca de 20 metros de rampa que liga à Urbanização da CENTREJO. Ao ter ouvido o Presidente da Câmara responder que o assunto estaria a avançar, bem como o espaço ao pé da Escola José Régio, solicitou-lhe que dissesse, precisa e claramente, quando é que tal aconteceria. As pessoas mereciam respostas concretas.-----

O Presidente respondeu que o referido procedimento foi colocado numa plataforma, a qual estava a desenvolver as acções necessárias e informou que teriam de ser contabilizados trinta dias até à apresentação das propostas; a análise das mesmas era rápida e, seguidamente, seriam adjudicadas.-----

Como cidadão, Luís Pargana pediu para usar da palavra e disse ser residente na Rua das Eirinhas e que era de lamentar o facto de que, em pleno sec. XXI, na Cidade de Portalegre, numa Rua com 20 metros, em terra batida, os moradores de um prédio, licenciado pela Câmara Municipal de Portalegre, não conseguiam entrar para as suas casas. O Presidente da Câmara argumentou que o edifício não deveria ter sido licenciado. No entanto, se o mesmo foi licenciado e existiam residentes era porque, efectivamente, existia uma licença de habitação passada pela Câmara Municipal de Portalegre, no anterior mandato, em que o Vereador das obras era o mesmo. Referiu ainda que, a Câmara, enquanto gestora do espaço público da Cidade, tinha de garantir a qualidade do mesmo.-----

O Presidente da Mesa informou que iriam passar à análise da documentação entregue, respeitante aos pontos fora de ordem. -----

Solicitando o uso da palavra, Carlos Vintém alertou os serviços da Câmara Municipal de Portalegre para uma situação, que considerou preocupante e que já não podia ser feita dentro do ano em curso, mas que se deveria prevenir





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para o próximo ano. Disse que, a Câmara, como Instituição Pública, deveria dar o exemplo em termos de higiene e segurança dos utentes que frequentam espaços públicos, mais propriamente as piscinas públicas. Sem pretender especificar sobre as regras das mesmas, referiu que deixavam muito a desejar porque verificou, há tempos, que os extintores de incêndio da piscina da Ribeira de Nisa estavam com a revisão do ano de 1993. -----

O Presidente da Mesa disse ser altura para passarem à discussão dos pontos fora de ordem. -----

- Circular à Cidade de Portalegre/Construção da Via da Encosta Poente – Cedência de duas parcelas de terreno – Firma Milora-Construções, Ld.ª;
- Deliberação de 2010.09.20 –

Presente declaração da Firma Milora-Construções, Ld.ª, a autorizar a cedência de duas parcelas de terreno com as áreas de 1.333,36 m<sup>2</sup> e 2.209,89 m<sup>2</sup>, destinadas à obra Circular à Cidade de Portalegre/Construção da Via da Encosta Poente. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aceitar a doação das referidas parcelas, nos termos da al. b), do n.º 4, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 Membros presentes, aprovar o assunto acima mencionado.-----

- Circular à Cidade de Portalegre/Construção da Via da Encosta Poente – Cedência de duas parcelas de terreno – Firma JJR II – Empreendimentos Imobiliários;
- Deliberação de 2010.09.20 –

Presente declaração da Firma JJR II – Empreendimentos Imobiliários, a autorizar a cedência de duas parcelas de terreno com as áreas de 1.014,61 m<sup>2</sup> e 1.322,86 m<sup>2</sup>, destinadas à obra Circular à Cidade de Portalegre/Construção da Via da Encosta Poente. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aceitar a doação das referidas parcelas de terreno, nos termos da al. b), do n.º 4, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 Membros presentes, aprovar o assunto acima mencionado.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Desafectação do domínio público de parcela de terreno – Sítio do Bulgão freguesia de Ribeira de Nisa;
- Deliberação de 2010.09.20 –

Presente informação n.º 4272, da Divisão Financeira/Serviço de Património, de 07 de Setembro de 2010, relativa à desafectação do domínio público de parcela de terreno com a área de 2.098,79 m<sup>2</sup>, no Sítio do Bulgão, freguesia de Ribeira de Nisa. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a desafectação em questão, na sequência do inquérito público realizado, em que não houve reclamações. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 29 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

- Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre – Organização interna;
- Deliberação de 2010.09.20 –

Presente ofício n.º 10630, de 16 de Setembro de 2010, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, relativo à organização interna dos mesmos, nos termos do D.L n.º 305/2009, de 23 de Outubro. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta acima mencionada.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 29 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

- Centro Social N.ª Sr.ª da Esperança – Pedido de isenção de taxas;
- Deliberação de 2010.09.20 –

Presente processo n.º 100/2008 de 18 de Junho de 2008, do Centro Social N.ª Sr.ª da Esperança, referente à alteração/ampliação do edifício da Casa do Povo, na Freguesia de Ribeira de Nisa, pedindo para tal a isenção de taxas. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse municipal do empreendimento, para efeitos de isenção de taxas, nos termos do n.º 4, do art.º 16.º, do RMUETCU de Portalegre.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 29 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- António Maria Trindade Martins – Pedido de transferência do Lote de Terreno n.º 128, na Zona Industrial de Portalegre;
- Deliberação de 2010.09.20 –

Presente informação n.º 4354 da Divisão Financeira de 13 de Setembro de 2010, na sequência do requerimento de António Maria Trindade Martins, a solicitar a transferência de propriedade do lote de terreno n.º 128, que se encontra em seu nome e de sua esposa, para a sua firma Parapal – Matérias e Equipamentos Industriais, Ld.ª. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de propriedade.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 29 votos, aprovar o assunto acima mencionado.-----

- 2.ª Revisão ao Orçamento/Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre – Aprovação.
- Deliberação de 2010.09.20 –

Presente informação da Divisão Financeira para a aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento, que inclui o reforço para o lançamento dos concursos – Construção das instalações para a companhia especial dos Bombeiros “Os Canarinhos”, na Zona Industrial – lote 443 e a remodelação/ampliação da Escola da Praceta dos Lusíadas. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima mencionado.-----

No uso da palavra, Adriano Capote disse ser importante que se verificasse o Regulamento da Assembleia Municipal, já que tinha ali havido um desrespeito grave, não pelo conteúdo, mas pelo precedente que se abriu, uma vez que o mesmo não permitia que existissem interpolações por parte da Assembleia acerca da intervenção do público. Solicitou, inclusive, que ficasse registado em Acta que uma alteração ao orçamento da Câmara Municipal foi presente àquela sessão fora da ordem de trabalhos, ou seja, mais uma vez, foi entregue aos Membros somente cinco dias antes da realização da mesma. Relevou que tudo o que fosse orçamento e actividades tinham de ser entregues dez dias antes.-----

O Presidente da Mesa informou que o assunto em debate foi aceite porque, de facto, era necessário. Quanto à interpolação, durante a intervenção do público, estava disposto nos termos n.º 7 n.º 7, do art.º 31 do novo Regulamento.-----

Usando da palavra, Albano Silva justificou a intervenção ocorrida com base naquele novo Regulamento. Relativamente ao ponto em cima da mesa,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

solicitou esclarecimento sobre se as duas questões de alteração ao Orçamento já teriam inscrito algum valor ou se era uma rubrica nova, porque, quando se falava em revisão, era, supostamente, para colocar uma rubrica nova.-----

Em resposta, Mata Cáceres disse que estavam já abertas as rubricas apontadas e tinham a ver com a previsão de verbas para os anos seguintes. ---

Novamente no uso da palavra, Albano Silva perguntou se estavam abertas com os 50,00 € já inscritos ou se foram acrescentados os valores reais para se poderem desenvolver os ditos investimentos?-----

No uso da palavra, Adriano Capote reconheceu que, efectivamente, o novo Regulamento previa a intervenção de Membros daquela Assembleia durante a intervenção do público mas, no seu ponto de vista, tornava-se um precedente que poderia causar determinadas confusões. Quanto à alteração orçamental que implicava um reforço de verbas, de facto havia uma diminuição das mesmas, no ano em curso e com um reforço incompreensível para 2011. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### **ORDEM DO DIA:**

**1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;**

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que estava previsto para Outubro a conclusão do Terminal Rodoviário e perguntou ao executivo Camarário quem iria arbitrar o mesmo, se era a Rodoviária ou a Câmara Municipal de Portalegre? -----

Usando da palavra, Albano Silva disse ter lido com atenção os relatórios da Câmara Municipal, percebeu as principais preocupações da mesma mas, mais uma vez se regozija, por alguns investimentos e empreendimentos serem ali lançados como estando, praticamente, a iniciar-se. Portanto, num período de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

crise como o que se atravessa, estamos a conseguir criar emprego e será positivo desenvolver-se o Golfe da Abrunheira e o Shopping de S. Mamede. No entanto, pareceu-lhe que a forma como estava escrito daria a entender que iria abrir já no dia seguinte. No que respeitava ao Shopping S. Mamede, perguntou se a licença para iniciar as obras já tinha sido levantada? A leitura que fez sobre o assunto deu-lhe a entender que já estaria tudo pronto, em termos de infra-estruturas. No entanto, percebe-se de que a empresa ainda não fez nada e que a Câmara está a preparar os alicerces para que tal aconteça. Quanto ao Golfe da Abrunheira, questionou os serviços da Câmara se já existiam novidades sobre a entrega dos primeiros projectos, bem como dos prazos de calendarização para o desenvolvimento do investimento? Mais inquiriu se em relação ao que estava descrito na primeira página, onde era referido que o Presidente da Câmara teria como uma das tarefas fundamentais o acompanhamento das actividades e procura de soluções para a resolução de assuntos pendentes, relativamente à Fundação Robinson e ao ICTVR e o seu bloco gostaria de saber quais eram, propriamente, aqueles assuntos pendentes.-----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau pretendeu saber se seria possível ao Executivo adiantar algo mais sobre o complexo lúdico e desportivo de Portalegre, junto ao estádio Prof. Sousa Lima? Por outro lado, perguntou pelo ponto da situação sobre a requalificação da Escola Cristóvão Falcão e quanto à Escola do Atalaião, para quando estaria prevista a instalação da climatização, considerando que o Inverno se aproxima? No que tocava às aulas de enriquecimento curricular e prolongamentos de horários questionou se estava concluída a colocação dos professores e auxiliares ou se subsistiam as falhas verificadas no início do ano lectivo? Por último, em relação aos refeitórios do 1.º Ciclo mantinham-se as lacunas e as dificuldades de funcionamento? Relevou ainda o problema dos assistentes operacionais que, no geral escasseiam nas várias Escolas do país e da dificuldade das pessoas que eram colocadas pelo Centro de Emprego, que entravam e mais tarde recusam-se a continuar porque não se adaptam ao trabalho ou que, por outro lado, não acompanham o ano lectivo inteiro e criam constrangimentos à escola.

No uso da palavra, o presidente da Câmara informou que, relativamente ao terminal rodoviário, estava direccionado para ser concessionado à Rodoviária, tudo aquilo foi feito de comum acordo com os responsáveis pela mesma e não existia nada que não tivesse sido objecto de parecer. Entretanto, as opiniões que a Rodoviária deu sobre o processo estavam com reunião agendada para breve e, na sua opinião, não seria complexo normalizar o procedimento. Mais referiu não estar, por enquanto, construída a BABOL – Oficinas de Apoio, porque inicialmente a Câmara fez a proposta para que fossem construídas na Zona Industrial, no entanto, a Rodoviária não a aceitou. Também foram perspectivadas para os terrenos por baixo da Segurança Social mas, depois da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reunião, serão dados passos para sedimentar o processo que vai permitir à Câmara Municipal normalizar a relação, de modo a que a Rodoviária possa utilizar aquele espaço.-----

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote disse que, perante a pergunta que colocou, a resposta dada pelo Presidente servia. Esperava era que, no fundo, assim se viesse a concretizar.-----

O Presidente da Câmara acrescentou ainda que, no que respeitava à situação do Shopping, o ponto da situação era de que a licença só não foi ainda levantada porque se aguardava um parecer da EDP. O loteamento estava licenciado e também tinha uma reunião já marcada, com os promotores do Shopping e com a cadeia Pingo Doce. No entanto, o que obstava a que a questão estivesse numa dinâmica diferente, tinha a ver com a loja que estava subjacente ao Shopping. A referida loja esteve vendida ao Carrefour mas, por uma infeliz coincidência, o Carrefour foi vendido à cadeia Sonae e, como consequência de tal, a mesma não possui interesse em ter cá uma loja idêntica no Modelo e outra no Shopping. Mais disse ainda que foi também perspectivado o negócio entre o promotor do empreendimento e o Intermarché mas que não evolui favoravelmente. Mais tarde foi desencadeado novo processo com a cadeia de supermercados Aubi. Posteriormente, foi equacionada a hipótese de os promotores do empreendimento contactarem o Pingo Doce para verificar o interesse em preparar uma outra loja para complementar, o que motivou a vinda cá de uma equipa do Pingo Doce. Informou que veio também uma equipa para tentar resolver a problemática da Serraleite. Têm já reunião marcada para se esclarecer se o Pingo Doce terá, ou não, interesse em fazer o negócio daquela loja, o que, se vier a acontecer, o Sr. Albano Mateus desencadearia os procedimentos precisos para a construção do Shopping. Portanto, no decurso do ano de 2011, já seriam capazes de ter a construção avançada e, provavelmente, em princípio de 2012, o Shopping poderia começar a funcionar. Em conclusão, tudo iria depender da decisão do Pingo Doce estar ou não motivado na aquisição daquele espaço comercial. Quanto ao Golfe da Abrunheira, referiu que as reuniões têm sido a um ritmo regular, de cerca de duas ou três por semana e estavam a ser discutidos pormenores relativos à primeira fase do loteamento, bem como as questões referentes às taxas e tarifas que podem vir a ser pagas. Nos conceitos de ocupação foi-lhe dito que seria susceptível, no decorrer do próximo mês, dar entrada a documentação inerente ao processo. Também na próxima quarta-feira, estava previsto uma empresa do Grupo Pestana a elaborar uma apresentação de documentação mais específica para se inteirar das situações e das isenções susceptíveis de serem obtidas em torno daquele processo. Quanto às questões referidas pela Fernanda Bacalhau, informou que o projecto da Escola da Praceta estava em fase de abertura de concurso público; o processo respeitante à Escola Cristóvão Falcão era um processo que tinha o plano de pormenor a ser enquadrado naquela filosofia de obra e iria



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

evoluir. Mais disse que a questão do ar condicionado na Escola do Atalaião, tinha o concurso a decorrer, mas iria passar a palavra à Vice-Presidente para mais pormenores. -----

No uso da palavra, a Vice-Presidente Adelaide Teixeira informou que estava a ser elaborado o relatório final e iria à próxima reunião de Câmara. Relativamente às Aec's (actividades de enriquecimento curricular) já iam na 2.<sup>a</sup> fase, os concursos têm ficado desertos nas disciplinas de Inglês e Educação Musical. Quanto ao pessoal não docente, era da competência do Ministério da Educação, o qual manifestou dificuldade em colocar as pessoas. Em relação ao complexo lúdico-desportivo, disse ser composto por cinco componentes: o campo de treino, o skate-park, os courts de ténis, o circuito de manutenção e pedonal. O primeiro já estava ser executado, enquanto que as restantes seriam para 2011, sendo comparticipados através do Inalentejo. -----

O Presidente da Câmara adiantou ainda que, relativamente ao campo de treino, na última reunião da SIMA foi questionado o facto de Portalegre estar a apresentar uma candidatura para o mesmo. Tal perspectiva foi contestada de não aprovarem aquele financiamento e portanto agendou-se uma reunião com a SIMA, pois existiam outros Concelhos com o mesmo problema e era necessário justificar que o campo de treinos, em Portalegre, para as funções que deverá servir, não tinha nada a ver com o que se passava, por exemplo ao nível de um Concelho com três ou quatro mil habitantes e de utilização completamente distinta. -----

No uso da palavra, Fernanda Bacalhau pretendeu esclarecer uma dúvida que era saber se na transferência de competências para as Autarquias, por parte do Ministério da Educação, as Câmaras tinham vindo a assumir maiores competências, como por exemplo nos refeitórios dos pré-escolares, as responsabilidades eram da Câmara Municipal ou do Ministério? -----

Em resposta, Mata Cáceres disse que eram responsabilidade da Câmara. -----

Novamente no uso da palavra, Fernanda Bacalhau referiu que, situação já houve em que o coordenador da escola teve de ir ajudar a servir refeições ao único funcionário do refeitório. Na sua opinião, tanto o Ministério como a Câmara dificilmente deveriam avançar com o ano lectivo, sem terem as condições capazes para funcionar. Ainda em relação à Escola Cristóvão Falcão, como foi referido terem existido reuniões com o Director-Regional, na procura de soluções para o Centro Escolar, solicitou informação se, porventura, havia alguma novidade que pudesse avançar. -----

No uso da palavra, a Vice-Presidente informou que em relação ao refeitório teria havido uma falha provisória, por parte de uma funcionária que se enganou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

na Escola para onde deveria ter ido efectivamente, contudo foi só naquele dia. A situação estava, actualmente, estável. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse que na pergunta formulada pelo Membro Adriano Capote sobre a Central de Camionagem, não ficou completamente esclarecido. Pareceu-lhe que pelas palavras do Presidente da Câmara a questão principal que estava a dificultar o acordo com a Rodoviária para passarem para a nova Central se prendia com as oficinas. Contudo, na actual estação de camionagem existiam oficinas e era também verdade que foi feita uma Central de Camionagem sem terem tal prioridade negociada à priori entre as partes. Se assim tivesse acontecido, a Autarquia teria percebido que a questão das oficinas era primordial. Questionou se não existia espaço para as oficinas na nova Central e porque é que, ao invés, as vão colocar numa zona residencial, num espaço urbano de eleição? Concluiu, referindo que a população de Portalegre não iria aceitar que aquelas se venham a instalar na zona do Bonfim, pois estavam a chocar com os interesses e necessidades dos que vão utilizar a dita Central de Camionagem. -----

O Presidente da Câmara disse ter a expectativa de que a Rodoviária se mude, de armas e bagagens, para as novas instalações. Em segundo lugar, foi pensado fazer as oficinas, não no local onde está a Central, mas sim na Zona Industrial. No entanto, a Rodoviária não aceitou. Também foi perspectivado fazê-las por baixo da Segurança Social, mas nada estava decidido até à data. Portanto, até ver, a Rodoviária no que for necessário fazer aos autocarros poderá continuar no local actual, que ainda funciona. Referiu, como exemplo, que o terminal rodoviário de Évora também não tinha nenhuma oficinas de suporte e, portanto, tal questão não era determinante para que a nossa Rodoviária funcione nas novas instalações. -----

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo disse que, uma vez que a actual Rodoviária estava instalada num edifício que pertencia à própria e que tinha oficinas, sem custos inerentes ao seu funcionamento, o que é que um terminal novo, construído de raiz, tinha de extraordinário para oferecer, visto não ter oficinas e que, provavelmente, teria um custo para negociar, que leve a Rodoviária a mudar das actuais instalações para as novas? Disse ainda que, não sendo especialista naquela matéria, tornava-se difícil compreender como é que no novo terminal vão entrar e sair dezenas de autocarros diariamente?-----

Em resposta, Mata Cáceres disse que as reuniões que houve com os responsáveis da Rodoviária já foram muitas e o projecto ali existente foi visionado, sancionado e aprovado pela mesma e pelo IMTT. Portanto, a deslocalização da Rodoviária estava viável e foi considerado conveniente. Mais informou de que a Câmara Municipal se candidatou para fazer o que ali estava, através de diversas discussões para o efeito. O processo foi muito longo mas estava pronto a ficar sedimentado e a única questão em dúvida foi quanto à





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

localização das oficinas de apoio. Facto que só não estava concluído porque não foram obtidas as verbas necessárias para tal. Para o edifício actual da Rodoviária estava perspectivada a passagem para a tutela da Câmara, e a possibilidade de, em primeira instância, se fazer ali um parque de estacionamento, ainda dentro do Âmbito do POLIS e, posteriormente, a instalação do Banco Alimentar Contra a Fome. Mais referiu que o acertar de todas as situações da nova Central com a Rodoviária implicava também a instalação de espaços complementares como por exemplo a Junta de Freguesia de S. Lourenço, cafetarias, etc. Em conclusão, na próxima reunião, já agendada, seriam encetadas as negociações com vista a ultimar os pormenores necessários para a transição.-----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que já estavam habituados a ouvir dizer que quando um terminal rodoviário era construído dentro das cidades, normalmente era para resolver problemas de tráfego e de concentração de pessoas, bem como para facilitar a vida dentro das mesmas. Portanto, foi aquela a razão de já se ter pensado, há muito tempo, na construção de um terminal do género na Meia Encosta, com passagens para a zona central da cidade, a exemplo de outras cidades. No seu ponto de vista, estavam a correr o risco de a Rodoviária passar a estacionar autocarros na Av.<sup>a</sup> do Brasil e na Rua D. Nuno Álvares Pereira para as oficinas, logo a lógica de ser libertado o centro da cidade de tráfego, não se verificará e, pelo contrário, levará a que existam duas zonas de congestionamento. Portanto, se assim for, confirma-se uma mostra cabal da incompetência a gerir o urbanismo na Cidade. -----

Usando da palavra, Mata Cáceres respondeu que, embora não tenha a envergadura de gerir a Cidade que o Membro anterior possa ter, tem a opinião formada de que não estava provado que fosse pior do que outra qualquer. Reafirmou que, aquela localização em questão, foi ponderada por um vasto conjunto de entidades. Não estavam a falar de uma Setubalense, mas sim de uma Rodoviária actual, com um processo de interligação entre pessoas e mercadorias, a funcionar em moldes diferentes. Portanto, a dita oficina, mais não será do que um ponto de apoio para limpezas e não de outro tipo de situações. Na realidade, para a construção do raciocínio desfasado que estava a ser construído por terceiros, a ideia vinha do tempo da Setubalense, em que havia toda uma sinergia entre as oficinas e os arranjos dos autocarros, mas que, actualmente, não teria comparação. Voltou a referir que o terminal rodoviário de Évora não teve um suporte oficial complementar, nem foi obrigatório, portanto, a mesma situação não era impeditiva do facto de, em Portalegre, poder funcionar o terminal sem ter que recorrer às oficinas. Quanto à questão da localização, cada um teria, naturalmente, o seu ponto de vista e o processo apenas pecava por só agora ter sido concluído. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Albano Silva perguntou ao Presidente da Câmara, no que respeitava às instalações para a Junta de Freguesia de S. Lourenço, se era por cedência, ou se por troca com as actuais? -----

Em resposta, Mata Cáceres disse que, em primeiro lugar, seria para cumprir uma promessa já feita há algum tempo e que, quando foram feitas as obras do instituto da Juventude, em terrenos que a Junta detinha, já se falava em compensá-la mais tarde. Além de que, todas as Juntas estavam instaladas com a dignidade possível, à excepção das duas da Cidade. Informou, inclusive, existirem dois projectos em execução, um dos quais ficava pronto com a conclusão do Terminal Rodoviário, o outro, referente à Junta da Sé, estava previsto para a antiga sede do Estrela, no Largo da Fonte da Boneca, inserido no projecto de reabilitação urbana, em que uma das instalações daquele edifício se adequava ao pretendido. Disse ainda que as actuais instalações da Junta de S. Lourenço eram propriedade da mesma, não reverteriam para a Câmara, e fariam delas o que entendessem. A Câmara Municipal estava a tratar de um processo em conjunto com outras entidades já conhecidas, em que equacionaram a possibilidade de serem feitas instalações para a Junta na Av.<sup>a</sup> das Forças Armadas, bem como no Mercado Municipal mas, mais tarde, a Junta aceitou a aposta para o Terminal em questão. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que folgava em ter ouvido das palavras do presidente da Câmara o facto de justificar não ter perdido investimentos e que o campo de treinos dos Assentos era necessário continuar a funcionar. Contudo, quem não conhecesse a história toda, lembrou que o actual Executivo propôs, há uns tempos, a eliminação do Estádio Municipal, passando tudo para os campos da zona dos Assentos. Lembrou que sempre foi defendido, pelo PS, que o aumento da capacidade e o arrelvamento do campo n.º 2 dos Assentos não supria, por si só, a necessidade de todo o equipamento desportivo existente em Portalegre. Portanto, o Presidente da Câmara utilizava ali o argumento de não abdicar do financiamento, o que até considerou justo. Na sua opinião, não era a mesma coisa falar-se de um campo que servia centenas de crianças, do que um outro campo, numa outra localidade do Distrito, para servir bem menos pessoas. Era também necessário que a CIMA e o QREN tivessem olhares diferentes para o quarto campo da Cidade, contrapondo outro qualquer destino para o mesmo. Relativamente à Central de Camionagem, achava que era o pior erro estratégico da Cidade de Portalegre, dos últimos 15 anos. Aquele equipamento não era indicado para o local em questão. Nas suas palavras, era importante o facto dos Autarcas, antes de efectuarem determinado tipo de investimentos, visitarem outros locais com equipamentos, do mesmo género, já a funcionar. Mais disse que, muita gente ainda não teria percebido como é que, no Terminal, iriam funcionar os transportes urbanos. Deu, igualmente, o exemplo de Évora, onde os transportes do SITE, passavam por dentro da Central de Camionagem e recolhiam passageiros que chegavam de fora do Concelho e distribuíam-nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

por toda a Cidade. Assim como também era importante saber, na nova Central, onde iriam parar os táxis, porque suspeitava de que seria criada uma paragem dos mesmos no local onde, supostamente, deveria haver estacionamento da própria Central. Os erros têm sido sucessivos, ao longo dos anos, e aquele tipo de equipamentos necessitava de uma grande reflexão. Disse ainda que aquela obra tinha sido uma bandeira eleitoralista, feita à pressa, mal engendrada e toda a gente já percebeu que os autocarros articulados teriam uma dificuldade enorme para entrar nas respectivas gares. Referiu ainda que o argumento aduzido, insistentemente, pelo Presidente da Câmara de que as entidades estariam todas de acordo, era para se convencer a ele próprio de que era um investimento válido. No seu ponto de vista, a Central nunca iria funcionar a 100%. Mencionou um outro aspecto importante, de que a principal função dos Membros daquela assembleia Municipal era fazer a fiscalização da actividade do órgão executivo do Município, tarefa que considerava relativamente simples, uma vez que existia transparência imediatamente transponível para o exterior no que respeitava a deliberações, tomadas de posição, orçamentos, etc. Portanto, os Membros da Assembleia deveriam ter especial incidência fiscalizadora naquilo que eram organismos desconcentrados do Município, ou seja, empresas municipais, *fundações* e associações. Já ali referiu, por diversas vezes, a necessidade de conhecer todos os parâmetros onde o Município investia muito dinheiro e, na prossecução de tal objectivo, disse ter lido um parágrafo que dizia o seguinte: “*Acompanhamento das actividades e procura de soluções para a resolução de assuntos pendentes, relativamente à Fundação Robinson e ao ICTVR*”. Perante tal, disse que gostaria de saber o que é que realmente se passava, na óptica do Município, e quais eram os assuntos pendentes, já que a Assembleia Municipal tinha o dever de conhecer as fórmulas de resolução dos mesmos. Uma vez que ainda não tinham conhecimento das contas, relatórios e orçamentos daquelas instituições, esperavam obter uma resposta directa e concisa sobre tal facto. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista disse ter várias questões que gostaria de colocar, mas que iria tentar resumi-las. Pretendeu saber quais tinham sido os avanços em relação às parcerias mantidas com as cidades espanholas, bem como a criação da iniciativa em relação ao Parlamento da Juventude de Portalegre, como é que iria funcionar e quem o iria integrar?-----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Arriaga disse que gostaria de dar os parabéns ao Executivo pelo trabalho e esforço desenvolvido para tentarem resolver os problemas da Cidade e o facto de tentarem procurar mais investimento, nos tempos difíceis da actualidade. Em segundo lugar, muito se falou sobre o terminal rodoviário e os representantes da bancada do PS apontaram a questão da oficina e, quanto a tal, relevou que tinha saído há pouco tempo atrás uma legislação que não permitia a existência de oficinas nos centros das cidades, daí todas terem sido deslocadas para as zonas industriais. Uma outra questão era o facto de terem posto em causa o desenho



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da obra, o que achou leviano tal tipo de acusações, na medida em que estavam a denegrir quem a projectou. Perguntou ainda em que competências técnicas se tinham baseado para fazer uma acusação daquela gravidade? Por último, fez um a observação quanto ao planeamento, referindo ter a plane convicção de que a obra foi construída com base no planeamento que o Executivo tinha para a cidade.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa referiu que, até àquela data, nunca colocou em causa a competência técnica de quem quer que fosse, ao contrário das muitas acusações já ali proferidas, sistematicamente, por pessoas de outras bancadas. O Partido Socialista sempre foi isento relativamente àquele assunto, contudo existia apenas uma questão, que tinha a ver com os técnicos que faziam as obras, consoante o pedido do dono da mesma. -----

Usando da palavra, Adriano Capote solicitou um breve esclarecimento relativamente às anteriores declarações, uma vez que ele próprio também não pôs em causa competências técnicas mas sim fez uma análise e criticou o problema político e urbanístico. -----

O Presidente da Câmara disse que, relativamente à questão levantada por Luís Testa, quanto à Fundação Robinson e ao ICTVR, tais relações estavam claras e clarificadas e não tinham quaisquer dúvidas sobre o que se passava na Fundação. Os investimentos feitos pela mesma serviam a cidade e partiam de um projecto antigo, apadrinhado pela Câmara Municipal de Portalegre. Além de servirem, inclusive, para consubstanciar a instalação, na antiga Robinson, de várias entidades, que já lá estavam, e outras que estão em perspectiva de ir. Tudo aquilo ao invés da “demolição” do espaço, para que se construíssem prédios e lojas, conforme era a outra forma de planear, que diziam melhor ajustada à realidade. Mais referiu que não era o autor daquela opção mas, tão-somente, através da Câmara, ao tentarem materializar a execução do projecto que estava a ser implementado e que avançava a bom ritmo, como se podia confirmar com a Escola de Hotelaria, a obra do ICTVR que estava a 90%; também estava em marcha o processo do estacionamento, que servirá para uma multiplicidade de actividades lúdicas e para que se possa ter condições para acolher realizações de determinada natureza e envergadura. Portanto, o que faltava na Fundação era apenas a ultimação das situações inerentes a uma Acta, a qual não estava ainda validada e aprovada porque existiam diferendos, de natureza técnica que, contudo, lhe pareciam ultrapassáveis. Na sua opinião, quer o revisor oficial de contas, quer todos os intervenientes, já ficaram de acordo na matéria e o que existia, de facto, era uma confusão, que iria ser clarificada. Acrescentou que o ICTVR era uma entidade diferente, ou seja, uma associação criada para acolher uma iniciativa destinada a desenvolver actividades na área da realidade virtual e que, da forma que lhe foi apresentada, desde logo a apadrinhou e tentaram ganhar aquele projecto para Portalegre, no sentido de desenvolverem procedimentos que, em boa hora,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

outras personalidades reconheceram ser um projecto interessante. Mais referiu que a Câmara Municipal, desde sempre, manifestou disponibilidade para tentar auxiliar a concretização do investimento em causa e continuava a fazê-lo, mas nunca se vinculou a nenhum compromisso temporal/quantificativo, do ponto de vista do montante que lhe estava subjacente, porque na altura não lhe era possível fazê-lo. Contudo, esperava que de futuro tal fosse possível. Houve, entretanto, um “vazio” na gestão, por parte da gestão do mesmo e, actualmente, foram dado passos na esperança de que, a curto prazo, tenham uma nova direcção do ICTVR. Para tal, foi solicitado ao Instituto Politécnico de Portalegre que, de uma forma mais empenhada e muito mais consequente, o ajudassem a perceber, particularmente, o modelo e o percurso a ser feito pelo ICTVR, sob pena de, de facto, não estarem a caminhar pelo caminho mais alinhado e adequado. Disse ainda que o ICTVR tinha possibilidades de intervir em muitas causas referentes ao desenvolvimento da sociedade, mais propriamente em áreas de modernidade e novas tecnologias, bem como ao nível de acolhimento de empresas evoluídas. Portanto, o IPP esteve representado naquela associação, desde a primeira hora e teve sempre um papel fundamental na direcção. Mais disse que iriam debater o modelo a seguir e as condições futuras, para que, no próximo orçamento, a Câmara quantificasse as verbas afectas ao projecto do ICTVR, que já se encontrava numa fase adiantada. Sobre as questões de pormenor da Fundação, referiu que, embora a Eng.<sup>a</sup> Alexandra estivesse à Mesa daquela Assembleia, poderia ajudar a clarificar, enquanto Directora-Executiva da mesma, de forma a desmistificar, de uma vez por todas, a ideia de que a Fundação estava falida e ao abandono. Por último, convidou quem quisesse acabar com a Fundação a assumir tal intenção e a provar que a mesma não estava a cumprir os itens e as formalidades necessárias. -----

Solicitando o uso da palavra, António Biscainho disse que se o Presidente do Executivo não tivesse feito referência no Relatório ao acompanhamento da gestão da Fundação e do ICTVR, alguém iria apontar que não era feito. Mas, como foi feito, tentaram encontrar “fantasmas” onde eles não existiam. No seu conceito, o que se apresentou ali não era um problema insolúvel, carecia sim de uma solução. Relativamente à Estação central de Camionagem, relevou o facto de o projecto ter sido feito pelo Gabinete de Apoio Técnico de Portalegre, nos anos 92/93 e estava prevista ser construída nos terrenos pró baixo do Quartel dos Bombeiros; o processo deu entrada na Direcção dos Transportes Terrestres e foi chumbado porque não correspondia às especificações técnicas, nem de localização, nem de funcionalidade exigidas. O projecto foi, entretanto, reiniciado em 2002/2003, independentemente do que já estava feito no mandato do Presidente Amílcar Santos, contudo as informações feitas foram sempre recusadas pela Rodoviária, precisamente pela localização do mesmo. No entanto, a pensar nas necessidades dos utentes e na proximidade da necessidade de transporte público interurbano com a cidade, foi escolhida aquela localização, não pela Câmara, pois foram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

colocadas várias hipóteses à consideração, como por exemplo o antigo viveiro por baixo do Centro Regional, ou por baixo dos Bombeiros mas em terrenos que era preciso adquirir e ainda o local da estação, o qual foi equacionado pelos técnicos e o próprio Director-Geral dos Transportes Terrestres. Posteriormente, foi feito um Plano, que se encomendou a uma empresa da especialidade, onde foram ponderados os horários, dos passageiros e das carreiras existentes, com elementos fornecidos pela Rodoviária enquanto empresa, para que o IMTT se pronunciasse. Portanto a nova Central era o resultado da sugestão do IMTT e da análise feita pela Câmara Municipal de Portalegre, durante o primeiro Mandato do actual Presidente, aprovada na altura pelo Executivo. Disse ainda que se pretendeu que o projecto fosse adjudicado a alguém que não se limitasse a fazer uns compartimentos e uns cais de acostagem de autocarros e foram inclusive vistas pela Direcção-Geral dos Transportes Terrestres outras estações de camionagem. Aquilo que o IMTT quis evitar em Portalegre, foi precisamente o que se passava em Évora, porque era o que se teria passado cá se a estação fosse construída na Zona Industrial ou por baixo dos Bombeiros, o que levaria a que os passageiros precisassem de transbordo nos transportes, ou seja, para evitar que os mesmos tenham de sair do transporte onde vieram, de fora, e depois tivessem que pagar um transporte interno urbano, para o centro da Cidade. Disse ainda que, em termos de trânsito, não era pior aquela localização do que a actual, porque qualquer autocarro tem de dar voltas a rotundas e manobras para entrar no edifício. Em conclusão, parecia-lhe que havia quem desejasse que o processo corresse mal, não pelo bem da cidade, mas para que o Presidente Mata Cáceres ficasse mal na “fotografia” final. -----

No uso da palavra, António Baptista invocou o regimento da Assembleia e disse que, ao abrigo do art.º 22.º, no n.º 3, al. c) definia que: “... a Conferência de Representantes servia para preparar as sessões plenárias da Assembleia, designadamente a invocação da grelha de tempos”. Portanto, recomendou que nas próximas sessões houvesse uma conferência de representantes antes dos pontos da Ordem, para que não se eternizassem os assuntos. Invocou, inclusive, o art.º 44.º do mesmo Regimento, que dizia que, para efeitos de esclarecimento, se limitava à formulação de uma pergunta e respectiva resposta, a qual tem um tempo de três minutos. Pareceu-lhe que, salvo melhor opinião, só a sua pessoa e os representantes da bancada é que têm cumprido, naquele aspecto. -----

No uso da palavra, António Chaparro disse pretender colocar um ponto de ordem, face a uma a afirmação anterior, do Presidente da Câmara, relativamente à localização da Sede da Junta de Freguesia de S. Lourenço e também à da Junta da Sé, pois não ficaria bem o facto do Executivo desenvolver actividades, no sentido de albergar melhor as duas Juntas de Freguesia, com mais alguma dignidade; tendo também referido que as outras Juntas já tinham uma sede condigna no desempenho das suas actividades.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Embora, algumas das Juntas tenham, efectivamente, as suas sedes com dignidade para receberem os munícipes, outras existiam que foram já construídas com verbas e candidaturas próprias. Num repto ao Presidente, deixou claro que o Concelho possui dez freguesias e, porventura, aquela era uma necessidade que se colocava para a Junta de S. Lourenço e para a da Sé e, portanto, num futuro próximo, teriam de se sentar à mesa para ver quais eram as compensações que as freguesias rurais tinham de ter, face à situação. No que dizia respeito à intervenção do Membro António Biscainho chamou a atenção para o facto de não lhe ter ficado bem o branqueamento de algumas situações que se passaram, porque, relativamente à central de camionagem, ele era Vereador e deveria ter a noção de que no ano 2000 foi apresentado um projecto, elaborado por um gabinete técnico, em que a localização da central de camionagem estava apontada para a parte anexa à vivenda da família Fino's, na "língua" que sobrou da antiga estrada nacional, no terreno que estava contíguo e que vai dar até ao campo de treinos, que também estava em construção, ou seja, naqueles terrenos que são camarários, por baixo da piscina municipal. Portanto, quando António Biscainho foi Vereador na Câmara, então liderada pelo presidente Amílcar Santos, foi na altura em que o projecto foi apresentado mas, entretanto, houve alterações no Executivo Camarário e abandonaram o projecto, ou melhor, não se reataram as coisas só desde 1993 para 2002. Acrescentou ainda o facto de o processo estar na Câmara, apenas não quiseram aquela localização, que contudo, na altura, o IMTT aprovou e houve um protocolo entre a Câmara e a Rodoviária para que, quando a Central fosse lá construída, a Rodoviária mudar-se-ia para lá e o edifício onde estava seria concedido à gestão municipal para, eventualmente, se fazer lá um "silo" de estacionamento: Os Serviços Municipalizados estavam também inteirados da situação, pois aquela localização permitia que os autocarros entrassem lá dentro a recolher as pessoas e até mesmo os táxis era previsto lá irem, para tal efeito. Concluiu, referindo que o projecto foi, claramente, abandonado. -----

Novamente no uso da palavra, António Biscainho, disse que a intervenção anterior, na última parte era verdade e foi equacionada, numa primeira fase, a localização na a Zona Industrial e depois elaborou-se um estudo prévio e não um projecto para aquele terreno e que, efectivamente, foi abandonado porque o terreno era exíguo e não era propriedade da Câmara Municipal de Portalegre. Portanto, não lhe pareceu que, quanto à localização, existisse uma diferença tão grande entre o dito terreno e a actual localização. Disse ainda que o pormenor não tinha sido intencional e não o sonogou com intenção. -----

Solicitando o uso da palavra, Alexandra Carrilho, como Membro da Assembleia, disse que, antes de responder directamente às questões do Membro Luís Testa, lembrou que a Fundação era uma entidade com direito privado e com autonomia administrativa e financeira e que as acusações sucessivas, dos últimos tempos, da falta de transparência, por parte da Câmara Municipal, dando como exemplo a não existência de um orçamento e de um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

plano de actividades, lhe parecia muito inadequado e preocupante. Considerou que tais acusações, para além de revelarem uma falta de respeito pelos próprios órgãos sociais da Fundação, nomeados em Fevereiro de 2010 pelos Partidos com assento no Executivo Municipal, do qual o Partido Socialista faz parte, deveria ser do conhecimento de todos que aquela Fundação tem estado a funcionar, até à data, de acordo com um plano de actividades, que alguns dizem não existir, além de que estava em vigor um projecto, o qual tem vindo a ser desenvolvido com base num projecto integrado de requalificação daquele espaço que, em linhas gerais, pretende dar corpo ao património que lá se encontra. Mais referiu que, o que ainda não tinha sido formalmente aprovado, era o relatório de gestão e contas, do qual o plano de actividades fazia parte integrante, que era apenas um requerimento que, em termos de obrigações fiscais e de prestações de contas a entidades terceiras, era obrigatório, no qual teriam de ser incisivos. Informou que era a primeira vez, desde 2003, que chegavam a Setembro sem ter aquele documento devidamente aprovado, em todos os órgãos da Fundação. Dadas as circunstâncias, devolveu a pergunta à bancada do PS e acreditava que saberiam melhor do que qualquer órgão da Fundação, de quais eram as razões daquela demora, principalmente quando foram reunidas todas as condições para que o documento fosse aprovado, nos prazos normais. Acrescentou que o relatório de gestão e contas sempre foi apresentado àquela Assembleia atempadamente, contudo no último ano tal não foi possível. Disse ainda existirem várias formas de fazer e de estar na política e o que mais prezava era a responsabilidade e o respeito pelas pessoas e instituições, pelos valores éticos e sentido de estado, aquando de determinadas competências poderes por parte de quem ocupa cargos públicos. Lamentavelmente, tal não tem acontecido nos últimos tempos pois, por vezes, interesses partidários sobrepõem-se aos interesses públicos dando origem à prática da política baseada na desconfiança, na suspeição e na intriga, lançando para a opinião pública afirmações incorrectas. Não querendo acreditar que tal atitude fosse deliberada, considerou que fosse recorrente e que revelava alguma irresponsabilidade, principalmente, porque acarretam consequências para as Instituições, que se fizeram sentir de imediato. Concluiu, apelando ao sentido de responsabilidade do Partido Socialista, aquando daquele tipo de suspeições e garantiu que só a maturidade e a experiência dos órgãos sócias da Fundação é que não tornaram aquelas afirmações mais complexas.-----

Albano Silva pediu para se fazer um ponto de ordem, afirmando que a intervenção anterior não tinha sido resposta a nada do que o Membro Luís Testa tinha levantado. A intervenção vinha já escrita de casa e preparada para qualquer pergunta que se lhe fizesse. Relevou que ninguém da sua bancada fez qualquer insinuação em nada, mas tão-somente quais eram os assuntos pendentes que estavam em cima da mesa. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que a forma efusiva como o Membro António Biscainho ali defendeu o projecto da Central de Camionagem deu perfeitamente para perceberem de quem era o protagonismo todo. Disse também que, na questão da Fundação Robinson, não levantou nenhum véu, relativamente à honra ou à honorabilidade das pessoas, além de que havia um parágrafo já escrito no relatório de actividades do Presidente em que, ao ler, se sentiu no direito de o interpretar como bem entendeu, eis senão quando, a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Carrilho, de uma forma despropositada, lhes deu uma resposta encartada, a qual não tinha a ver com a pergunta formulada. Tal atitude, obrigou-o a focar um assunto relacionado com o Regime Compatibilidades e Incompatibilidades dos Membros da Assembleia municipal, porque todos deverão saber em que circunstância é que foi colocado o Membro Diogo Júlio Serra, Membro da Assembleia Municipal pela CDU, para assumir o cargo de Administrador da Fundação Robinson, pois teve de suspender o mandato automaticamente, para que não se colocassem ali questões como aquela. Era, portanto a questão que estava na génese da incompatibilidade e a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Carrilho apresentou-se ali como Administradora Delegada, que, efectivamente o era, mas não podia ser fiscalizadora e fiscalizada ao mesmo tempo, porque sendo Membro daquela Assembleia era fiscalizadora da actividade municipal, ainda que num organismo desconcentrado e, por outro lado, se era Administradora Delegada era fiscalizada. Relevou o facto de não ter sido ele quem levantou aquela questão, porque se não tivesse sido levantada pela própria Eng.<sup>a</sup> Alexandra, jamais seria ele que abordaria o assunto. -----

Usando da palavra, Luís Pargana disse que, acerca de dez meses, se registou um salto qualitativo, de grande significado relativamente ao modelo de administração da Fundação Robinson. Não pretendendo discutir a pertinência do interesse para a Cidade e para a Região daquela Fundação, sobre a qual a CDU nunca teve dúvidas e foi, inclusive, a fundadora, referiu que o salto em causa se consubstanciou na entrada de representantes das três forças políticas com assento no executivo Municipal e, naturalmente, a partir do momento em que aquelas forças designam representantes existia afluência de informação, o que facilitava a transparência. Pelo que soube, o relatório de contas da Fundação estava aprovada pelo Conselho de Administração, logo não entendia a discussão e as dúvidas ali demonstradas. Disse inclusive que a colega da Assembleia Municipal era funcionária da Fundação e, portanto, Membro daquela Assembleia, na plenitude dos seus direitos, exercendo uma função profissional que, enquanto não fosse revogada pelo Conselho de Administração da Fundação, não suscitava qualquer dúvida, pelo menos CDU, porque se suscitasse seria contestada na Assembleia Municipal. Acrescentou que havia uma questão de fundo que era o conteúdo da Fundação Robinson; tinham perdido tempo a discutir questões de funcionamento de forma, embora importantes, mas sobre as quais todos tinham informação, mas o que faltava discutir, com interesse, seria saber porque é que existia uma Fundação com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aquelas características e conteúdos. Chamou a atenção para tal e deveria ser aberto um debate público amplo, participado e que nascesse no seio da própria Assembleia, com ou sem Assembleia de representantes a funcionar. Concluiu, dizendo que há uma outra entidade, que está no mesmo ponto de trabalhos, que era o ICTVR, associação na qual a CDU não teve qualquer participação na fundação, mas que reputavam de uma importância significativa para o desenvolvimento da Cidade, na criação de postos de trabalho e criação de riqueza, mas só em teoria porque, voltando à questão dos conteúdos, só aconteceria se for bem gerida e tiver conteúdos adequados, que promovam o referido desenvolvimento. Por último, deixou o repto de que, quanto ICTVR, fosse adoptado um sistema de gestão com as mesmas qualidades e características dos que foram encontrados no actual mandato autárquico para a Fundação Robinson, ou seja, com a participação de todas as forças políticas, com assento no Executivo Municipal e, à semelhança do que acontecia noutras estruturas como sendo as empresas municipais, pois o princípio era correcto e trazia vantagens à gestão da “coisa” pública, à circulação de informação e à transparência, o que era fundamental para o debate e para que se pudesse discutir com propriedade os conteúdos, com vista a uma melhor gestão no futuro. -----

Em resposta à questão colocada pelo Membro António Baptista, o Presidente da Câmara disse que, actualmente, estava um ponto sedimentado com a empresa RobCork e encontravam-se ultimadas as situações a tratar com a Câmara, além de que se iria dar início à formação de algumas pessoas que lá iriam trabalhar. Estavam, inclusivamente, em condições de poderem trabalhar com a banca e todos os serviços necessários para desencadear o início da actividade. No que respeitava à Serraleite, lembrou o facto de terem lá estado duas equipas do Pingo Doce e estava em perspectiva a construção de uma central que irá manipular cerca de 200 milhões de litros de leite por ano. Mais disse que se começou por reivindicar três hectares de terra para as instalações da nova Central e, actualmente, alargaram para perto de 6 hectares, onde se iria congrega uma estrutura societária que envolvia a Serraleite e todos os produtores do distrito que se queiram associar. Por detrás de todo aquele processo estava o Pingo Doce, o qual iria participar com uma percentagem que não ultrapassará os 30 %, para financiamento do projecto e que pôs também o know-how necessário para que o projecto de torne consequente. Mais disse que seria expectável que exista a capacidade para manter os cerca de 70 ou 80 postos de trabalho que ainda trabalham internamente dentro da Serraleite e outros que irão manipular no exterior, para o transporte, recolha e distribuição. Quanto à cooperação, quer com Cáceres, com Badajoz e outras cidades, no âmbito da TRIURBIR, adiantou que a pasta foi passada a Castelo Branco, que era quem estava incumbida de a gerir. Contudo, estavam regularmente em negociações com Badajoz e Albuquerque na questão Euro-Cidade e da Euro-Região, tentando desenvolver procedimentos para participarem numa Feira, a convite do Ayuntamiento de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Badajoz, como consequência da participação na Feira dos Produtos Tradicionais lá concretizada. Disse ainda que, relativamente à questão do Parlamento, ainda estava numa fase embrionária. -----

### 2 – Acta n.º 7 relativa à 4.ª Sessão Ordinária, realizada em 25.06.2010;

Presente a Acta referente à última sessão daquela Assembleia, acima mencionada.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 2 abstenções, em 23 votos, aprovar o assunto acima mencionado.-----

### 3 – Associação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre – Adaptação de espaço a restaurante - pedido de isenção de taxas; - Deliberação de 2010.06.28 –

Presente processo n.º 90/2007 de 08/06/2007, apresentado pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, referente à adaptação de espaço a restaurante, na Av.ª da Estremadura Espanhola, Freguesia da Sé, pedindo isenção de taxas, com informação da DUOM de 17/06/2010, propondo a aceitação do pedido e o reconhecimento do interesse público do empreendimento, nos termos do art.º 16.º do RMUETCU. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público, isentando a Associação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre. -----

No uso da palavra, Carlos Vintém chamou a atenção aos presentes, no sentido de demonstrar a situação preocupante que os Bombeiros Voluntários atravessavam, continuando a manter uma posição de reserva, uma vez que a Câmara Municipal tinha os serviços jurídicos a tratar do assunto. Manifestou, pois, que continuava muito preocupado com o arrastar do problema. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 24 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### 4 – Associação dos Amigos da Terceira Idade dos Fortios – Ampliação do Lar da Terceira Idade - pedido de isenção de taxas; - Deliberação de 2010.07.12 –

Presente processo n.º 180/2007 de 07/12/2007, apresentado por Associação dos Amigos da Terceira Idade dos Fortios, referente à ampliação do Lar da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Terceira Idade (pedido de isenção de taxas), na Av.<sup>a</sup> do Lar, Freguesia de Fortios, com informação do DUOM de 29/06/2010, propondo que a Câmara delibere acerca do interesse público e Municipal do empreendimento, para efeitos de isenção de taxas, nos termos do art.º 16.º do RMUETCU. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público e Municipal do empreendimento, isentando a dita Associação.-----

Solicitando o uso da palavra, João de Jesus disse que uma vez que tinha interesse pessoal e profissional na prossecução daquele investimento, não se considerava em condições éticas de votar e iria retirar-se.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 25 votos, aprovar o assunto acima mencionado.-----

**5 – Fábrica da Igreja Paroquial da Sé – Ocupação de via pública - pedido de isenção de taxas;**  
- Deliberação de 2010.07.26 –

Presente requerimento de 15/07/2010, apresentado por Fábrica da Igreja Paroquial da Sé, referente à ocupação de via pública (pedido de isenção de taxas), no Largo de S. Tiago, Freguesia da Sé, com informação do DUOM de 16/07/2010, propondo que a Câmara delibere acerca do interesse público e Municipal do empreendimento, para efeitos de isenção de taxas, nos termos do art.º 16.º do RMUETCU. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público e Municipal do empreendimento, isentando a Fábrica em questão.-----

No uso da palavra, Francisco Silva disse que fazia imensa falta à população de Portalegre a construção da Casa Mortuária.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 votos, aprovar o assunto acima mencionado.-----

**6 – Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Portalegre - Ratificação;**  
Deliberação de 2010.07.26 –

Presente informação n.º 3563, de 23 de Julho de 2010, da Chefe de Divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização referente à cobrança de taxa para a emissão de passe mensal para funcionários da Câmara Municipal de Portalegre e público em geral, completando a informação efectuada pela mesma em 2 de Julho de 2010 e presente à reunião do Executivo de dia 12 de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Julho. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação tomada na reunião de 12 de Julho, referente à cobrança do valor 20,90€, para a emissão do referido passe. Mais foi deliberado nos termos da informação n.º 3563, de 23 de Julho de 2010, da Chefe de Divisão, cobrar o valor de 13,90€.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 votos, aprovar o assunto acima mencionado.-----

No uso da palavra, Albano Silva perguntou se era uma ratificação ou rectificação?-----

O Presidente da Mesa informou tratar-se de uma ratificação da deliberação da Câmara Municipal, referente ao Regulamento em questão e que já estava aprovada.-----

Novamente no uso da palavra, Albano Silva solicitou esclarecimento ao Presidente da Câmara ou aos Vereadores sobre o que é que tinha sido aprovado em reunião do Executivo?-----

O Membro João de Jesus colocou um Ponto de Ordem, uma vez que o assunto já havia sido votado.-----

O Presidente da Mesa disse tratar-se de um esclarecimento e concedeu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

No uso da palavra, mata Cáceres informou que no Regulamento em causa existiu um lapso que não previa o passe mensal das piscinas para os funcionários e foi, posteriormente corrigido através do que ali se apresentava. -

Novamente no uso da palavra, Albano Silva disse que, perante tal, não podia ser ratificação, porque a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, não poderia ratificar um acto da Câmara, mas somente aprovar, ou não. Portanto, só teriam de aprovar a alteração.-----

No uso da palavra, Luís Testa referiu que a questão era que os Regulamentos eram competências próprias da Assembleia Municipal e que quem os propunha era a Câmara Municipal à Assembleia Municipal.-----

Solicitando o uso da palavra, Teresa Narciso informou que aquele processo da Tabela de Taxas teve duas fases distintas. A primeira decorreu até final do ano passado, em que a Tabela aprovada pela Câmara Municipal de Portalegre teve inquérito público e foi depois proposta à Assembleia, no final do ano. Contudo, uma vez que a Associação Nacional de Municípios tinha conseguido uma prorrogação do prazo para a entrada em vigor das novas Tabelas, de acordo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

com a nova Lei do Regime das Taxas, até Abril a mesma não fosse imediatamente aprovada e fosse vista por todas as unidade orgânicas do Município. Informou inclusive que, naquela fase, constava da Tabela de Taxas o valor de 20,90€ para o passe mensal de acesso às piscinas para funcionários da Câmara Municipal de Portalegre e público em geral. Contudo, a partir de Janeiro do corrente ano, iniciou-se a segunda fase daquele processo que resultou numa série de alterações feitas à Tabela, novas taxas que foram introduzidas, alterações ao próprio Regulamento, bem como um segundo inquérito público. Acrescentou que, naquela Taxa, aquando do trabalho da empresa de impressão, desaparecera o valor dos 20,90€. No entanto, naquela fase, o valor já não foi sujeito a inquérito público. Mais disse que, embora os serviços todos tivessem analisado a Tabela, nenhum deles detectou o facto do valor lá não estar mencionado e, quando se iniciou a época balnear, alguns utentes dirigiram-se aos serviços da Câmara a solicitar a emissão do passe mensal e foi quando se aperceberam de que o valor não constava lá. Portanto, a questão que se colocou de imediato foi se iriam aplicar aquele valor ou, para não deixar de prestar o serviço, propôs à Câmara que fosse aplicado o valor do passe mensal juvenil que era de 13,90€, visto ser o valor mais aproximado, dentro dos serviços da mesma natureza. Do ponto de vista técnico, entendia que a diferença verificada entre aquelas duas taxas se devia, no fundo, ao custo social associado às respectivas taxas, porque o custo, em termos de manutenção e exploração das piscinas, era igual, quer lá fosse uma pessoa com mais idade ou uma criança e o que foi proposto foi uma deliberação para aplicar a taxa de 13,90€, pois aquela tinha sido a que se sujeitou a inquérito público durante o período balnear. Portanto, na próxima alteração à tabela, a qual teria, necessariamente, de ocorrer até final do ano, porque existiam outras falhas a serem colmatadas, terá de ser resolvida a situação. Concluiu, referindo que não houve qualquer alteração à tabela, mas sim uma ratificação de uma deliberação da Câmara e a Assembleia é que era o Órgão competente para aprovar as Taxas.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que o que tinha sido feito foi no limiar do entendimento, porque foi aplicada uma interpretação extensiva do regulamento para permitir a prestação de um determinado serviço e, portanto, configurava-se uma questão, do ponto de vista técnico, mais complexa. Na sua opinião, o que acontecia era que os actos administrativos simples da Câmara Municipal podiam ser ratificados, dando-lhe um carácter retroactivo. Contudo, o que sobrelevava naquela questão era o facto de um Regulamento, como era o caso, conter taxas, era uma competência própria da Assembleia Municipal e a questão que se impunha era que a Assembleia não ratifica actos administrativos simples, mas sim aprovar, ou não, Regulamentos e Tabelas de Taxas. Mais referiu que iria aprovar o ponto, mas na expectativa de que ninguém se lembrasse de suscitar a retroactividade da aplicação do Regulamento em questão.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa informou que ficaria aprovação da alteração do Regulamento, em vez de rectificação. -----

### 7 – Projecto de Regulamento Municipal de Feiras - Aprovação; - Deliberação de 2010.08.23 –

Presente Projecto de Regulamento Municipal de Feiras, para aprovação. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a aprovação do referido Projecto, nos termos do n.º 6, al. a), do art.º 64.º e n.º 2, al. a), do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. -----

No uso da palavra, António Chaparro disse que, relativamente àquele Regulamento, a Bancada do PS se iria abster na votação do mesmo, para, acima de tudo, marcar posição daquilo que defendiam, pois entendiam que as feiras que já têm história em Portalegre, nomeadamente, três delas que já se realizavam há muitos anos (Porcos, Cerejas e Cebolas), tinham vindo a perder alguma projecção e, portanto, um dos motivos daquela decisão prendia-se com o facto de andarem a “brincar” com a data da realização das mesmas. Mais disse que eram feiras que, se as realizavam nas datas próprias por algum motivo seria e que assim se deveriam mater. Ora, no Regulamento agora ali apresentado, permitia-se à Câmara, através de um despacho e de uma deliberação, alterar as datas das referidas feiras, pelo que não concordavam. Sugeriu sim, que aquelas feiras pudessem voltar a ter alguma dignidade e servissem de momentos em que a Cidade se pudesse envolver nas actividades culturais, e em que a feira fosse o pretexto para tal. Acrescentou que, já muitas vezes, tinham debatido a questão de que era preciso projectar o nome de Portalegre, o que poderia passar por diversas variantes e entendiam que aquela realização podia ser uma delas, com momentos culturais associados, conforme se passava noutras Regiões. Acima de tudo, disse que gostariam que o debate fosse mais aprofundado e propuseram que, pelo menos aquelas três feiras anuais, regressassem à Cidade, de modo a ganhar vida e a envolver-se, para que, através das feiras, se possa projectar mais significativamente. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres disse que, quanto à proposta anterior, até tinha vontade de a subscrever com algum entusiasmo, porque, na realidade, Portalegre está carenciada de algumas realizações materiais e do entrosamento com a própria Cidade. No entanto, as razões que deram consequência a que as feiras tivessem passado a ter os moldes actuais era porque, de facto, a regularidade com que acontecem os mercados mensais e a afluência que têm, neutralizava a questão das outras feiras, porque depois os feirantes tradicionais das mesmas não participam nem aparecem. Estava,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

contudo, disponível para conversarem e tentarem perceber como revitalizar a ideia.-----

Novamente usando da palavra, António Chaparro perguntou porque motivo é que a data da Feira das Cebolas tinha sido, recentemente, mudada para a mesma data do mercado mensal e porque não ao contrário? -----

Em resposta, o Presidente da Câmara disse que a situação era diferente e não iria resultar. Pois ao mudar-se o mercado mensal para a Feira das Cebolas, os tradicionais clientes do mercado mensal não vinham, assim como os feirantes também a maioria não vinha, porque já tentaram mais do que uma vez e não funcionou conforme o esperado. Contudo, a ideia de aproximar e ampliar a Feira em relação à Cidade, achou que deveria ser desenvolvida.-----

Novamente no uso da palavra, António Chaparro lembrou que a proposta que apresentaram deveria ser avaliada e aprofundada quanto antes e não pensar de uma forma limitada entre o mercado ou a Feira. Sugeriu que se agregassem às Feiras tradicionais mais realizações que envolvessem, naquelas datas, mais pessoas e não somente 2 ou 3 stands. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que o Regulamento em causa liquidava o que de histórico tinham aqueles três eventos tradicionais. Qualquer uma daquelas Feiras era da responsabilidade da Câmara Municipal de Portalegre, que cria condições para que viessem os vendedores e os consumidores. Portanto, o Regulamento, ao considerar que a Câmara autoriza a realização de Feiras, estava a passar para o privado a realização das mesmas, porque ao não falar, concretamente, em nenhum do seu articulado das três Feiras Tradicionais de Portalegre poderá acabar com elas e coloca aos privados a possibilidade de as fazerem, ou não. Contudo, o mesmo não se passava ao isentar os mercados francos lá mencionados. Mais disse que a sua Bancada propunha que fosse incluído um ponto que incluísse aquelas três Feiras, com responsabilidade da Câmara. Portanto, ou se entendia que a realização das mesmas já não fazia sentido por não haver dinheiro, ou por não se justificarem, ou naquele Regulamento teria de ficar consignado e aprovado que, na Cidade existem três momentos importantes de Feiras Tradicionais, nas suas datas normais.-----

Usando da palavra, Albano Silva pretendeu sublinhar o que foi dito por António Chaparro em relação ao “transportar” das Feiras para a Cidade, nas datas habituais e, naturalmente que, se o Presidente estava disposto a discutir o assunto, os Vereadores também o estavam. No seu ponto de vista, uma situação daquele tipo poderia ser dinamizado pelas Associações Culturais e pela Associação Comercial, de indústrias e Serviços do Distrito de Portalegre. -





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa que, uma vez que existia consenso em torno daquela questão, não seria ilógica retirar o ponto e voltar a discuti-lo, em reunião de Câmara e apresentar, posteriormente, a proposta na próxima sessão daquela Assembleia. -----

O Presidente da Câmara informou os presentes de que era vantajoso aprovar o Regulamento porque existiam espaços vazios nos mercados e feiras que deveriam ser, necessariamente, preenchidos para se rentabilizarem. Actualmente, aqueles mercados tinham uma atracção enorme e, a quantidade de gente que ali vinha, suplantava o imaginável, porque o espaço estava com condições e, por outro lado, porque se alterou das Quartas-feiras para os Domingos e assim aumentou a disponibilidade de todos. Achava pois, que o mercado estava bem naqueles moldes e não deveria ser mexido. Contudo, a figura actual da Feira das Cerejas, dos Porcos e das Cebolas, não tinha a ver com a questão anterior e deve ser repensada, tanto na perspectiva histórica, como na cultural, etc. porque a relação que pode e deve ter com os produtos inerentes já não tinha nada a ver com outros tempos. Deu como exemplo o facto de os produtores de cerejas terem os seus mercados fidelizados. No entanto, do ponto de vista cultural, seria possível fazer diversas coisas. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que a proposta que fez não foi no sentido do rentabilizar de certas situações que advinham da aprovação daquele Regulamento. Referiu que, provavelmente, não havia incompatibilidade na aprovação do mesmo, mas que seria importante ponderar a sua forma, se a força de Lei era geral e abrangente e se daria garantias enquadrar tudo o que girava à volta daquelas que eram tradições emblemáticas da Cidade, com datas vincadas ao longo das épocas. Acrescentou que seria o momento adequado para revitalizar o mercado tradicional de Portalegre, na Praça da República (antigo Corro) que durante décadas e décadas foi o Mercado da Cidade, com a possibilidade das feiras temáticas poderem, uma vez ao ano, regressar àquele espaço. -----

Novamente usando da palavra, Mata Cáceres repetiu que estavam disponíveis e abertos às sugestões indicadas, mas o Regulamento era importante aprovar.

No uso da palavra, Luís Pargana disse que a Bancada da CDU não tinha objecção ao Regulamento ali apresentado mas, de facto, faziam ponto de honra na referência às três feiras tradicionais, bem como à consagração naquele mesmo Regulamento do interesse económico e estratégico das mesmas, com vista à preservação da sua identidade histórica, cultural e na importância para o tecido económico do Concelho e da Região. Referiu ainda que, havendo um compromisso da inclusão de um artigo próprio e específico que salvaguardasse os princípios que referiu, o seu partido não tinha reservas em aprovar o dito Regulamento. Mais disse que não faziam questão de que o mesmo consagrasse as datas e que a responsabilidade pela organização fosse do Município. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Câmara disse que seria aprovado o que estavam a referir, ainda antes de a Acta daquela sessão passar a definitiva e seria enviado um excerto do texto, salvaguardando o que o Membro Luís Pargana tinha acabado de referir. Se todos estivessem de acordo, passaria a definitivo e seguia em frente. -----

No uso da palavra, Luís Pargana disse achar correcta a metodologia proposta.

No uso da palavra, António Batista disse que, relativamente ao que foi sugerido pela bancada da CDU, estava de acordo mas, na parte final, acrescentaria que apesar de ser da competência organizacional da Câmara Municipal de Portalegre, poderia delegar-se em Associações, quer de carácter público ou privado. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Pargana disse que, naturalmente, a Câmara teria de estabelecer parcerias e atrair os agentes privados para venderem os produtos. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 24 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### 8 – Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia de Portalegre - Alterações;

- Deliberação de 2010.08.23 –

Presente informação n.º 3912, referente à alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia de Portalegre, com informação do DUOM, de 13 de Agosto de 2010, propondo a aprovação da alteração do mesmo. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração apresentada. -----

O Presidente da Mesa informou que aquele Regulamento em análise já tinha suscitado dúvidas de interpretação ao art.º 6.º e, portanto, o que estava para aprovação era a alteração do referido art.º, onde se dizia: "...até três cidadãos de reconhecida competência, em matéria de toponímia." – Art.º n.º 3, al. e), passaria agora a ler-se: "...até três cidadãos de reconhecida competência, em matéria de toponímia, que serão nomeados sob proposta da Comissão e aprovados em reunião de Câmara." Disse ainda que foi a própria Comissão a propor a nomeação. -----

No uso da palavra, Albano Silva perguntou como é que eram nomeados se depois tinha de ser aprovado em reunião de Câmara. O facto de serem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

nomeados, supostamente já era uma decisão final. No seu ponto de vista, ficaria melhor a palavra “indicados”. -----

O Presidente da Mesa disse que, para uma melhor percepção, deveria ficar entre vírgulas a parte que referia “..., sob proposta da Comissão, ...” para não se alterar muito a redacção do documento. -----

Solicitando, novamente, o uso da palavra, António Baptista disse que, na continuidade do documento em debate, na restante parte, faltou ainda referenciar que foi também abordado pela Comissão, da qual fazia parte, a colocação de duas placas no Parque Miguel Bombarda, mas que, por lapso, não ficou mencionado. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 23 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### 9 – Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Portalegre – Prorrogação de prazo para substituição dos Mapas; - Deliberação de 2010.09.06 –

Presente informação do Serviço de Taxas e Licenças, propondo que o prazo para substituição do mapa de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Município de Portalegre seja prorrogado até ao dia 31 de Dezembro. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a respectiva prorrogação do prazo. -----

O Presidente da Mesa informou que se tratava de dar o aval à proposta da Câmara, dando uma prorrogação de prazo até 31 de Dezembro aos comerciantes porque chegaram à conclusão de que não chegou o tempo para as alterações necessárias aos estabelecimentos, por via do período de férias. -

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 23 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### 10 – Aplicação das Taxas dos Impostos locais para o ano de 2011; - Deliberação de 2010.09.14 –

Presente a informação da Divisão Financeira de 8 de Setembro de 2010, para aplicação das taxas dos impostos locais para o ano de 2011, nos termos do art.º 10.º, da Lei das Finanças Locais. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção da Vereadora Paula



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Alegre e dos Vereadores Pinto Leite, João Realinho e Hugo Capote, aprovar a proposta para aplicação das taxas de acordo a informação prestada pela Divisão Financeira. -----

O Membro Albano Silva questionou se as taxas do IMI, do IMT e do IRS eram no valor máximo permitido? Pois, embora percebesse que se atravessam momentos difíceis para as Autarquias, para a maioria das pessoas também não estava fácil e, provavelmente, se não tivesse havido uma derrapagem tão grande nas contas da Câmara Municipal de Portalegre, não precisariam de fazer as pessoas pagarem as taxas máximas daqueles impostos e, portanto iriam abster-se. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 13 abstenções e 8 votos a favor, em 21 votos, aprovar o assunto acima mencionado.-----

**11 – Alteração por adaptação ao PDM de Portalegre, na sequência da entrada em vigor do PROALENTEJO;**  
- Deliberação de 2010.09.14 –

Presente informação n.º 90/CDPEU de 10 de Setembro de 2010, propondo a alteração por adaptação ao PDM de Portalegre, na sequência da publicação do Plano Regional de Ordenamento do território do Alentejo. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração, por adaptação, constante da proposta apresentada.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 21 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

**12 – Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Portalegre.**  
- Deliberação de 2010.09.14 –

Presente proposta do Presidente da Câmara para revisão da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Portalegre, nos termos do D.L. n.º 305/2009, de 23 de Outubro. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção da Vereadora Paula Alegre e dos Vereadores Pinto Leite e João Realinho aprovar a proposta acima mencionada. -----

No uso da palavra, Albano Silva referiu que era importante que todos percebessem o que é que ali estava em causa e que era a criação de uma Divisão de Protecção Civil, dependente do Presidente da Câmara directamente e que não estava incluída em nenhum Departamento, que para a mesma era necessário um Chefe de Divisão. A questão que colocou foi se aquela alteração provocava um aumento da despesa à Câmara? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em resposta, Mata Cáceres disse que não representava mais despesa, porque a pessoa que desempenhava aquela função já era remunerada com o estatuto de Chefe de Divisão e era feito na dependência porque tinha a ver com as regras de funcionamento da Protecção Civil.-----

No uso da palavra, Albano Silva perguntou também se a Protecção Civil exigia que tivesse de ser uma pessoa equiparada a Chefe de Divisão e não um técnico superior? -----

No uso da palavra, a Vice-Presidente, Adelaide Teixeira informou que a pessoa em questão tinha, actualmente, funções de planeamento e de coordenação que engloba cerca de 21 pessoas e, segundo o que estava disposto na Lei da Protecção Civil, tinha de ser equiparado a Chefe de Divisão. Acrescentou ainda que, aquele lugar, não era específico para uma pessoa e podiam concorrer várias pessoas e, até mesmo, vir a ser ocupado por uma pessoa com muita experiência. -----

No uso da palavra, Albano Silva referiu que, de facto, era mais um aumento do mapa de pessoal da Câmara e, eventualmente, ter sido feito numa altura em que os orçamentos eram o dobro do que são actualmente e aquilo é que era sim a questão de fundo. -----

O Presidente da Câmara chamou a atenção para o facto de se estar a extinguir uma Divisão, a qual estava em funcionamento e que era a Divisão Administrativa. -----

Solicitando o uso da palavra, António Chaparro perguntou quantos sapedores florestais tinha a Câmara?-----

Em resposta, Mata Cáceres informou que existiam 15 Sapedores. -----

Novamente no uso da palavra, Albano Silva relevou que, não tinham qualquer informação de que seria extinta uma das Divisões da Câmara Municipal de Portalegre. Na reunião de Câmara os Vereadores da oposição não foram informados de tal procedimento. Perante aquela dúvida, solicitou que os Vereadores da oposição usassem da palavra. -----

No uso da palavra, o Vereador António Realinho disse que, na última reunião daquele Executivo, não tiveram a noção de que seria para extinguir a Divisão Administrativa da Câmara Municipal. Acrescentou, entretanto, uma correcção àquilo que a Vice-Presidente disse, quanto à criação da outra Divisão, porque só não acarretava aumento de despesas se o concurso fosse para aquela pessoa. Caso contrário, teria implicações nos custos da Câmara. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Vice-Presidente informou que a pessoa que já lá estava era equiparada ao lugar de Chefe de Divisão. Mais referiu que, quem viesse, ficaria exactamente com a mesma remuneração e não haveria acréscimo de despesa, além de que não se podia colocar um técnico-superior a fazer planeamento e coordenação de 21 pessoas, com a agravante das isenções de horários. -----

O Presidente da Mesa esclareceu que se a pessoa era técnico na Câmara Municipal, então estava no Mapa de Pessoal e, obviamente, teria de existir cabimento orçamental para a Divisão. -----

No uso da palavra, Albano Silva acrescentou o facto de que, o concurso, não deixava de ser um eventual aumento de despesa da Câmara e não era verdade dizer-se que estavam a fazer um concurso unicamente para determinada pessoa.-----

Pedindo o uso da palavra, Luís Pargana questionou qual era, propriamente, a Divisão que iria ser extinta?-----

Em resposta, Mata Cáceres disse que tal função iria ser, cumulativamente, assumida pela Chefe da Divisão de Promoção do Desenvolvimento, Teresa Narciso.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 10 abstenções e 13 a favor, em 23 votos, aprovar o assunto acima mencionado.-----

Ainda no uso da palavra, António Biscainho solicitou à Mesa um prestar de esclarecimento, relativamente às palavras proferidas pelo Membro Luís Testa e informou que o projecto da Estação Central de Camionagem foi aprovado em reunião de Câmara, realizada no dia 13-04-2005, por unanimidade e eram Membros do Executivo: Mata Cáceres, Amílcar Santos, António Chaparro, Luís Pargana, Sérgio Luz, Luís Calado e ele próprio. Referiu, inclusive, que todo o projecto foi adjudicado com a concordância de todos, naquela data. Acrescentou que se alguém tinha dado pressa àquela obra foi o IMTT, porque o projecto demorou mais do que o expectável e o IMTT tinha verbas no seu orçamento que precisavam que fossem aprovadas e concretizadas ao fim de quatro anos, para não se perderem, em termos do Orçamento Geral de Estado. Concluiu, afirmando que tudo aquilo que disse podia ser confirmado pelos documentos inerentes ao referido processo. -----

**Nota:** Os pontos anteriormente referidos foram aprovados em minuta.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **FALTAS:**

=====

Nos termos do n.º 5, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a Mesa da Assembleia Municipal marcou falta ao Membro da Assembleia: Miguel Alexandre Ferreira Monteiro.-----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Sr. Presidente, encerrada a 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, eram, do dia 28 de Setembro do ano de 2010 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada.-----

E eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário da Mesa, a redigi e subscrevo.